

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e do resumo da Prova Escrita de Língua Portuguesa no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **45,00 pontos** — dos quais até **10,00 pontos** serão atribuídos para a apresentação, a impressão geral do texto, a legibilidade, o estilo e a coerência; até **10,00 pontos**, para a capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações); e até **25,00 pontos**, para a capacidade de análise e reflexão — e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **25,00 pontos**, o que totalizará os **70,00 pontos possíveis**. Na avaliação do resumo, será atribuído à capacidade de síntese e concisão o valor máximo de **15,00 pontos** e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **15,00 pontos**, o que totalizará os **30,00 pontos possíveis**.

-- PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA --

Redação

No filme **Arte da diplomacia**, o diretor Zeca Brito aprofunda a pesquisa do diplomata Hayle Melim Gadelha sobre a exposição de 1944, que foi parcialmente remontada em 2018 pela Embaixada do Brasil em Londres, para investigar o Modernismo brasileiro em seu primeiro levante de internacionalização, um fascinante episódio em que os artistas e suas obras influenciaram a composição geopolítica e posicionaram simbolicamente o país na Segunda Guerra Mundial — arte como *soft power* no combate ao nazifascismo, nas palavras do diretor. Refletindo sobre o papel da arte em tempos de guerra, o filme **Arte da diplomacia** mergulha nas águas históricas tumultuadas da Segunda Guerra Mundial, revelando um capítulo pouco conhecido, porém significativo, da relação entre o Brasil e o Reino Unido durante esse período. Esse capítulo se inicia quando, reagindo a uma carta dos artistas Alcides da Rocha Miranda e Augusto Rodrigues, o chanceler Oswaldo Aranha abraçou mais um projeto que o consagraria como um dos principais diplomatas brasileiros: a empreitada de mandar 168 quadros modernistas ao Reino Unido. No âmbito internacional, a arte plástica brasileira não apenas cativou audiências, mas também serviu como uma ferramenta diplomática poderosa. A exibição da arte moderna brasileira em Londres, em 1944, foi uma forma de enviar um recado para os nazistas, conforme a pesquisadora Clara Marques relata quando foi entrevistada em **Arte da diplomacia**: “Tem uma certa provocação ali de mandar para os inimigos da Alemanha justamente o tipo de arte que o próprio Hitler mais detesta”, explica Marques. Assim, enquanto a Força Expedicionária Brasileira lutava nas montanhas da Itália, os setenta pintores modernistas se uniram para enviar seus quadros até Londres, que estava sob ataque dos nazistas.

Arte da diplomacia: conheça o longa coproduzido por Celina Torrealba.
In: **Estado de Minas**, 15/5/2024. Internet: <www.em.com.br> (com adaptações).

A diplomacia brasileira é, em seu momento inicial, uma diplomacia de fundação, e foi essa fundação no plano cultural que buscaram e lograram Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Adolfo Varnhagen. Gonçalves de Magalhães, ao internalizar as ideias românticas, quando servia como diplomata na Europa, trouxe para o Brasil o ideário de uma literatura nacional. Como observou Antonio Candido, em **Formação da literatura brasileira**, Gonçalves de Magalhães levou escrupulosamente a sério a tarefa de criar uma nova literatura e foi uma faísca renovadora do processo pelo qual, no correr dos tempos, o desejo dos brasileiros de terem uma literatura própria se tornou uma realidade cultural. Existe, no autor de **Grande sertão: veredas**, uma permanente tensão entre o regional e o universal. Como aprendemos com Antonio Candido no seu extraordinário ensaio “O homem dos avessos”, publicado em **Tese e Antítese**, entrar na realidade fluida do mundo é condição para melhor compreendê-lo e para voltarmos “mais claros a nós mesmos e aos outros”. Em famosa e rara entrevista concedida a Günter Lorenz, Guimarães Rosa afirmava que, na sua visão, os escritores poderiam ser divididos entre os sertanejos e os demais. À primeira categoria pertenceriam autores como Goethe, Dostoiévski e Flaubert, enquanto Zola, por exemplo, “provinha apenas de São Paulo”. O sertão, prosseguia ele, é “o território da eternidade, da solidão, onde o interior e o exterior já não podem ser separados”. Traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino é, no meu entender, a tarefa da política externa. Creio, nessa linha, não ser de todo descabido aproximar simbolicamente a capacidade lúdica do grande escritor mineiro de transportar o território mágico do sertão para o mundo, de sua atuação à frente da divisão de fronteiras do Itamaraty. Sua capacidade ímpar de utilizar de registros linguísticos diversos era, no plano literário, o correlato perfeito daquele que é o primeiro item de qualquer agenda diplomática, ou seja, a fixação das fronteiras, base da especificidade da política externa que pressupõe uma diferença entre o “interno” (o espaço

nacional) e o “externo” (o mundo). Ele traduzia, assim, em sua literatura um dos princípios fundamentais da diplomacia brasileira, uma linha de ação voltada para transformar nossas fronteiras de clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação.

Celso Lafer. In: Alberto da Costa e Silva (org.); Paulo Roberto de Almeida (ed.). **O Itamaraty na cultura brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão — FUNAG, 2021, p. 13-7 (com adaptações).

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e, em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo. Por isso, um poema hermético, de entendimento difícil, sem nenhuma alusão tangível à realidade do espírito ou do mundo, pode funcionar neste sentido, pelo fato de ser um tipo de ordem, sugerindo um modelo de superação do caos. A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como um todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo. Mas as palavras organizadas são mais do que a presença de um código: elas comunicam sempre alguma coisa, que nos toca porque obedece a certa ordem. Em palavras usuais: o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere. O caos originário, isto é, o material bruto a partir do qual o produtor escolheu uma forma, se torna ordem; por isso, o meu caos interior também se ordena e a mensagem pode atuar. Toda obra literária pressupõe esta superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido.

Antonio Candido. **O direito à literatura**. In: **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017, p.178-80.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

ARTE E DIPLOMACIA NA INTERPRETAÇÃO E NA HUMANIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO MUNDO

REDAÇÃO – RASCUNHO – 1/3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

REDAÇÃO – RASCUNHO – 2/3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

REDAÇÃO – RASCUNHO – 3/3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	

Resumo

As redes que articulam as relações internacionais contemporâneas possuem naturezas distintas: observam-se, por exemplo, redes legais, estruturas construídas pelos governos, coordenadas por organizações internacionais e reguladas por tratados válidos do ponto de vista do direito internacional público, cujo teor se encontra devidamente internalizado nos ordenamentos jurídicos dos Estados-parte. Por seu intermédio, os governos estabelecem ritmos e condições para a evolução de alguns dos fluxos mais relevantes no ambiente internacional contemporâneo. Nelas, definem-se, por exemplo, as normas que regulam o direito dos indivíduos de atravessar legalmente as fronteiras nacionais, as preferências comerciais que condicionam os fluxos de produtos, as normas que comandam os investimentos financeiros e, por conseguinte, a oferta de crédito em âmbito global.

Outro tipo de rede resulta da implementação das estratégias empresariais: ao buscarem maximizar lucros, as firmas intensificam as trocas internas segundo suas próprias regras, em função das estruturas disponíveis (normativas, tributárias, mercadológicas, entre outras). Como resultado, registra-se o elevado crescimento das trocas intrafirmas, nem sempre contabilizadas adequadamente pelos governos. Isso coloca em questão até mesmo o modo como se aferem os fluxos de riquezas no plano internacional: com efeito, economistas começam a considerar excessiva a ênfase que se confere às trocas comerciais entre Estados nacionais, advertindo para necessidade de se mensurarem, também, os fluxos intrafirmas, sem os quais as avaliações que se produzem do lado real das economias podem revelar-se imprecisas. Nessas condições, cabe lembrar os cuidados que se deve tomar ao se discutirem balanços de pagamentos e suas crises, visto que nem sempre registram as reais transferências de riquezas que se observam entre as economias.

Embora sirvam mais a proteger as empresas e seus ativos das intervenções dos governos do que a submetê-las aos diferentes ordenamentos nacionais, essas redes também redefinem as condições de alocação de recursos, de acesso a informações, de atendimento a necessidades e de geração de novas expectativas. Usualmente estruturadas em função de cadeias de comando e controle universais, essas redes caracterizam-se por conferir relativa autonomia a cada um de seus polos, permitindo as necessárias adaptações de processos padronizados a contextos e saberes locais. É nesse ambiente que se constroem modelos de automóveis, *softwares*, computadores, telefones celulares aptos a servirem, a um tempo, a escalas globais de produção e a demandas locais de especialização. Assim, em decorrência da sofisticação aportada à produção industrial pela economia do conhecimento, surgem produtos suficientemente flexíveis para enfeixar qualidades contraditórias, produtos, ao mesmo tempo, globais e personalizados: aquilo que lhes é comum assegura o baixo custo de sua produção e, em alguns casos, sua conectividade; as necessidades idiossincráticas dos clientes são garantidas pela personalização da produção, via de regra em modelos *just in time* que emulam a fórmula de Dell, cujo sucesso já se estende à fabricação de automóveis.

Obviamente, o mesmo se observa em outras indústrias, tais como a da moda e a da alimentação, fenômeno que se mostra ainda mais intenso no setor de serviços, evidenciado pela transferência da prestação de serviços para outros países e sobre a estruturação de cadeias que, mundialmente, oferecem os mesmos serviços em qualquer parte do mundo, processos marcantes em setores tais como o de saúde, o de hotelaria e o de alimentação. Características semelhantes a essas marcam também as redes de organizações não governamentais (ONGs), cuja relevância no atual contexto internacional não para de crescer e cujas atividades estão muito longe de serem devidamente conhecidas pelos governos e pelas sociedades em que elas atuam. Nos países mais pobres, essas redes de ONGs chegam a controlar recursos comparáveis aos orçamentos dos governos; em outros países, implementam políticas públicas a serviço dos governos.

Um terceiro tipo de rede caracteriza-se pela existência de atividades e processos que se desenvolvem fora do alcance da lei. Também essas redes se estruturam em nódulos relativamente fixos, por meio dos quais fluxos ilícitos trafegam, engendrando trocas de valores entre agentes, não raro atravessando fronteiras nacionais. Também nelas há normas de conduta e estruturas relativamente institucionalizadas de comando

e controle sobre os fluxos, processo facilitado sobremaneira pelas atuais condições tecnológicas, que possibilitam tanto a conectividade entre os agentes quanto o efetivo tráfico de armas, drogas, animais, seres humanos e seus órgãos, ocasionalmente por meio de empresas que, estabelecidas legalmente, se valem das estruturas de comércio, turismo e da intermediação financeira para realizar atividades criminosas.

Essas redes não se estruturam necessariamente de forma autônoma e independente, mas podem relacionar-se umas com as outras. Os vasos comunicantes que se estabelecem entre elas tornam obscuras algumas das atividades que podem parecer discretas, autorreferenciadas. Na verdade, com alguma frequência, essas estruturas se enredam em uma mesma teia, que se estende em vários espaços, de modo a estabelecer pontos de atração e de difusão de informações e recursos, incentivos a que agentes participem de um ou de outro tipo de atividade e, em alguns casos, de mais de um deles simultaneamente. Pouco a pouco, emaranham-se os fios das redes, misturam-se os processos, confundem-se os agentes. Não é outra a fonte das dificuldades que os governos enfrentam para levar adiante medidas de combate aos ilícitos internacionais e aos crimes conexos, frequentemente associados a atividades extremamente lucrativas. Cedo ou tarde, as receitas dessas atividades incorporam-se às economias legais, beneficiando simultaneamente os grupos que controlam as redes criminosas — porque eles buscam legitimar-se e proteger-se das autoridades — e contribuindo, indiretamente, para reduzir insatisfações políticas e pressões sociais das hordas populacionais excluídas do processo de desenvolvimento e da moderna economia capitalista.

Se existe algo em comum entre essas diversas redes, trata-se da semelhança que se observa nas relações políticas empreendidas pelos agentes que delas participam. Com efeito, essas redes se estruturam em função de normas que definem competências específicas a cada tipo de agente, diferenciando-lhes as funções, de modo a abrir-lhes possibilidades de influenciar o curso dos acontecimentos, seja por meio da imposição de sua vontade aos demais, seja pela via da participação na construção de consensos sobre problemas comuns ou, ainda, de estruturas regulatórias enviesadas. De fato, nenhum conjunto de normas é neutro; qualquer estrutura regulatória condiciona os esforços produtivos das variadas comunidades de modo a beneficiar alguns agentes em detrimento de outros, que arcam com os custos das ações coletivas. Assim, por estabelecerem incentivos que privilegiam uns mais que outros, as normas desempenham a função de atribuir poder a determinados agentes em diferentes áreas das relações internacionais, de modo que sua feitura constitui, em si, processo político relevante.

Antonio Jorge Ramalho da Rocha. **O lugar do Brasil na geopolítica global**. In: José Flávio Sombra Saraiva; Amado Luiz Cervo (Org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005, p. 92–96 (com adaptações).

Resuma o texto apresentado anteriormente.

RESUMO – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	